

Bianca Camargo Martins
(Organizadora)

O Essencial da Arquitetura e Urbanismo 2



Atena
Editora
Ano 2019

Bianca Camargo Martins

(Organizadora)

O Essencial da Arquitetura e Urbanismo 2

Atena Editora

2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Lorena Prestes e Karine de Lima

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

E78 O essencial da arquitetura e urbanismo 2 [recurso eletrônico] /
Organizadora Bianca Camargo Martins. – Ponta Grossa (SP):
Atena Editora, 2019. – (O Essencial da Arquitetura e Urbanismo;
v. 2)

Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-85-7247-266-1
DOI 10.22533/at.ed.661191704

1. Arquitetura. 2. Planejamento urbano. 3. Urbanismo. I. Martins,
Bianca Camargo. II. Série.

CDD 720

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de
responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos
autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Nos dias de hoje, é muito discutido o papel social da Arquitetura e do Urbanismo. Por muitos anos, o papel social foi interpretado apenas como a arquitetura específica para as camadas populacionais de menor renda, sem acesso ao mercado formal de moradias – e de arquitetura. Porém, com a crise urbana em que vivemos atualmente, onde grandes parcelas da população não tem acesso às “benesses” do espaço urbano, essa discussão voltou à tona.

Muito mais do que levar a arquitetura para os mais necessitados, devemos reinventar nossa prática profissional para sermos os agentes transformadores da sociedade atual e enfrentarmos os desafios, sociais, políticos e econômicos que estamos vivenciando diariamente em nossas cidades.

Esta edição de “O Essencial de Arquitetura e Urbanismo 2” apresenta experiências das mais diversas áreas da arquitetura e urbanismo, como: arquitetura, ensino, conforto ambiental, paisagismo, preservação do patrimônio cultural, planejamento urbano e tecnologia. Assim, busca trazer ao leitor novos conceitos e novas reflexões para a prática da arquitetura e do urbanismo.

Neste contexto, é abordada desde as metodologias pedagógicas ativas a serem utilizadas no ambiente escolar até a compatibilização de projetos com o uso da Metodologia BIM (Building Information Modeling). A acessibilidade é abordada a partir de diversas perspectivas: desde um edifício isolado até a acessibilidade de uma cidade, evidenciando a importância da discussão nos dias de hoje. Cabe destacar também os estudos de análise de edificações culturais e de cenografia de exposições e performances. A relação da cidade com o seu patrimônio cultural é tratada em diversos capítulos, desde a gestão patrimonial até a utilização de cemitérios como espaços de memória – uma iniciativa prática que demonstra que a arquitetura, assim como a cultura, está em todos os lugares. Dou ênfase também à importância dada ao patrimônio imaterial, tema de extrema relevância e que é, muitas vezes, desvalorizado pelo poder público.

A discussão sobre a dinâmica dos espaços urbanos é extensa e deveras frutífera. Nesta edição, os capítulos focam na importância da arborização urbana para o bem estar da população, na participação popular nas discussões sobre a cidade, na problemática da existência de vazios urbanos em áreas urbanas consolidadas, nas estratégias de *city marketing*, na cidade global e demais temas que comprovam a multiplicidade de questões e formas de análise que envolvem a discussão sobre a vida urbana.

Por fim, são apresentados estudos sobre novas tecnologias e materiais voltados ao desenvolvimento sustentável, especialmente no tocante à gestão de resíduos da construção civil e à mitigação de riscos e desastres.

Convido você a aperfeiçoar seus conhecimentos e refletir com os temas aqui abordados. Boa leitura!

Bianca Camargo Martins

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
CONTRIBUIÇÕES DOS ANAIS PARA PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO DO CONHECIMENTO EM ARQUITETURA E URBANISMO	
Sofia Pessoa Lira Souza Augusto Aragão Albuquerque	
DOI 10.22533/at.ed.6611917041	
CAPÍTULO 2	13
INTELIGÊNCIAS MÚLTIPLAS E AS METODOLOGIAS PEDAGÓGICAS ATIVAS NA ESCOLA DO SÉCULO XXI	
Roberta Betania Ferreira Squaiella Roberto Righi	
DOI 10.22533/at.ed.6611917042	
CAPÍTULO 3	29
PROJETO DO FÓRUM ELEITORAL DE AFUÁ, O LUGAR SOB O PONTO DE VISTA DOS USUÁRIOS	
Angelo Pio Passos Neto Ana Klaudia de Almeida Viana Perdigão	
DOI 10.22533/at.ed.6611917043	
CAPÍTULO 4	44
PROCESSO DE PROJETO CENTRADO NO USUÁRIO: PENSANDO A ACESSIBILIDADE	
Vanessa Goulart Dorneles Isabela Fernandes Andrade	
DOI 10.22533/at.ed.6611917044	
CAPÍTULO 5	61
ACESSIBILIDADE NA RESIDÊNCIA UNIVERSITÁRIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO	
Lília Caroline de Moraes Cecília de Amorim Pereira Eduardo Raimundo Dias Nunes	
DOI 10.22533/at.ed.6611917045	
CAPÍTULO 6	71
WRIGHT E SIZA: DOIS MUSEUS E O VISITANTE	
Andrya Campos Kohlmann Douglas Vieira de Aguiar	
DOI 10.22533/at.ed.6611917046	
CAPÍTULO 7	93
ENTRE O SÍMBOLO DO FASCIO - O PAVILHÃO FASCISTA EM SÃO PAULO	
Gustavo de Almeida Sampaio	
DOI 10.22533/at.ed.6611917047	

CAPÍTULO 8	106
A POESIA CÊNICA DE FLÁVIO IMPÉRIO: BREVE ANÁLISE DA CENOGRAFIA DE 'ROSA DOS VENTOS', DE MARIA BETHÂNIA (1971)	
Carlos Eduardo Ribeiro Silveira	
DOI 10.22533/at.ed.6611917048	
CAPÍTULO 9	122
CURADORIA COLETIVA E MEDIAÇÃO CULTURAL NA ELABORAÇÃO DA EXPOSIÇÃO: "DO ECLETISMO AO CONTEMPORÂNEO"	
Alexandre Sônego Carvalho	
Ana A. Villanueva Rodrigues	
Geise Brizotti Pasquotto	
Jéssica Priscila Grando	
DOI 10.22533/at.ed.6611917049	
CAPÍTULO 10	131
INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE NA AVALIAÇÃO PÓS-OCUPAÇÃO DE ECOVILAS: O CASO BEDZED	
Emiliana Rodrigues Costa	
Alexandre Pajeú Moura	
DOI 10.22533/at.ed.66119170410	
CAPÍTULO 11	145
WAYFINDING: FERRAMENTA DE PROJETOS NA GESTÃO HOSPITALAR	
Guilherme Gattás Bara	
José Gustavo Francis Abdalla	
Márcia Moreira Rangel	
DOI 10.22533/at.ed.66119170411	
CAPÍTULO 12	152
TRANSFORMATIONS TO THE CLOISTERS AND THRESHOLD OF PAVILIONS IN HOSPITALS OF MEXICO	
María Lilia González Servín	
DOI 10.22533/at.ed.66119170412	
CAPÍTULO 13	160
CONJUNTO ESCOLA PARQUE: PATRIMÔNIO MATERIAL DA BAHIA E REFERÊNCIA PARA CONJUNTOS ESCOLARES NO BRASIL	
Roberta Betania Ferreira Squaiella	
Roberto Righi	
DOI 10.22533/at.ed.66119170413	
CAPÍTULO 14	177
NOTAS PARA O ESTUDO DE CAPELAS DO CICLO DO OURO EM MINAS GERAIS	
Elio Moroni Filho	
DOI 10.22533/at.ed.66119170414	
CAPÍTULO 15	198
A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO EDIFICADO EM COLATINA E SUA TRAJETÓRIA	
Alexandre Valbuza Almeida	
DOI 10.22533/at.ed.66119170415	

CAPÍTULO 16	214
ESTUDO DAS ARGAMASSAS ANTIGAS DA IGREJA DE N. S ^a DO ROSÁRIO DOS HOMENS PRETOS EM SÃO CRISTÓVÃO SE/BR	
Eder D. da Silva Adriana D. Nogueira Taina G. dos Santos Gabriela de M. Rabelo Maisa da R. Rocha	
DOI 10.22533/at.ed.66119170416	
CAPÍTULO 17	229
A INSERÇÃO DOS CEMITÉRIOS NA HISTÓRIA DA CIDADE DE BELÉM NO SÉCULO XIX	
Amanda Roberta de Castro Botelho	
DOI 10.22533/at.ed.66119170417	
CAPÍTULO 18	245
ITINERÁRIOS DA MEMÓRIA: O CEMITÉRIO COMO ESPAÇO DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL	
Marcelina Das Graças De Almeida	
DOI 10.22533/at.ed.66119170418	
CAPÍTULO 19	257
AS TESSITURAS DA MEMÓRIA E A CONSTRUÇÃO IMAGINÁRIA DO ESPAÇO: HISTÓRIA ORAL E PATRIMÔNIO NA PEDREIRA PRADO LOPES	
Alexandra Nascimento Alex César de Oliveira Fonseca Ingrid Nayara Brito Jhonatan Ribeiro Santos Letícia Ferreira D'Angelo Martin Nicolas Rodriguez Stenia Carvalho Pessoa Talita Freitas de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.66119170419	
CAPÍTULO 20	272
O CRESCIMENTO DAS AÇÕES DE PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO IMATERIAL	
Monique Avelino Damaso	
DOI 10.22533/at.ed.66119170420	
CAPÍTULO 21	284
FESTA DE SANTA CRUZ EM OURO PRETOA TRADIÇÃO CULTURAL COMO ELEMENTO DE IDENTIDADE E APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO URBANO PELA COMUNIDADE	
Letícia Campos Figueiras Fabiana Mendes Tavares Jacques	
DOI 10.22533/at.ed.66119170421	
CAPÍTULO 22	300
MEMÓRIA OU NOSTALGIA? AS RELAÇÕES CIDADE-EMPRESA NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX: UM ESTUDO DE CASO DA SIDERURGIA EM MINAS GERAIS	
Ronaldo André Rodrigues da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.66119170422	

CAPÍTULO 23	315
UMA RUA DE MUITOS LUGARES - ROTEIRO PELO CENTRO HISTÓRICO DE CUIABÁ	
Lúcia de Fátima Lobato Ferreira	
Francisco de Assis Pereira de Araújo	
DOI 10.22533/at.ed.66119170423	
CAPÍTULO 24	326
GESTÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL: DIAGNÓSTICO DA ATUAÇÃO DO ESTADO EM SÍTIO TOMBADO	
João Gustavo Andrade Silva	
DOI 10.22533/at.ed.66119170424	
CAPÍTULO 25	351
CONSELHO DE PATRIMÔNIO CULTURAL COMO AGENTE DA CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO E DA MEMÓRIA SOCIAL: ESTUDO DE CASO DO CMPC EM PIEDADE DO RIO GRANDE-MG	
Jucilaine Neves Sousa Wivaldo	
Gilson Camilo de Sousa Neto	
João Batista de Sousa Neto	
DOI 10.22533/at.ed.66119170425	
SOBRE A ORGANIZADORA	363

CONSELHO DE PATRIMÔNIO CULTURAL COMO AGENTE DA CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO E DA MEMÓRIA SOCIAL: ESTUDO DE CASO DO CMPC EM PIEDADE DO RIO GRANDE-MG

Jucilaine Neves Sousa Wivaldo

Assistente Social, Mestre em Desenvolvimento Sustentável e Extensão Universidade Federal de Lavras-MG, jucilainen@gmail.com;

Gilson Camilo de Sousa Neto

Graduando em Conservação e Restauração de Bens Culturais Móveis Universidade Federal de Minas Gerais/UFMG;

João Batista de Sousa Neto

Filósofo, Professor de Filosofia Instituto Federal Pará, joabatistasn@gmail.com.

RESUMO: O Conselho Municipal de Patrimônio Cultural tem como principal competência identificar, pesquisar, proteger e valorizar o patrimônio cultural da cidade, ou seja, bens de natureza material e imaterial. Desse modo, os conselheiros por meio do conselho ativo preservam a memória social de uma cidade, de sua população. Este estudo tem objetivo analisar a atuação do Conselho Municipal de Patrimônio Cultural do Município de Piedade do Rio Grande-MG, o qual tem realizado ações afetivas para conservação do patrimônio cultural e a memória social dos piedenses. Assim, o mesmo foi criado em 08 de abril de 2003 pela Lei Municipal nº 1.031 tendo como centralidade fomentar o resgate, manutenção e conservação de todos os bens que possam de alguma forma, representar importância

para a história, cultura e identidade do povo piedenses. Como ações, tem realizado parceria com Escola Estadual Dr. Antônio Batista do Nascimento e a Prefeitura Municipal a fim de promover educação patrimonial conservando assim a história e memória da cidade. Vencer o paradigma que a educação patrimonial pertence à História é fundamental, pois a mesma deve ser parte da vida na escola e da sociedade em geral, afinal tem uma relação direta para alcançar a conservação do patrimônio cultural e da memória social que cada bem guarda. O que se pode concretizar por meio de um conselho ativo que se empenha a defender o direito, e no CMPC de Piedade Do Rio Grande, conservar a memória social e o patrimônio local. Este trabalho não esgota todos os registros e ações do CMPC de Piedade Do Rio Grande sendo fundamental aprofundar em outros momentos sobre sua efetividade enquanto Conselho. Diante das considerações, o mesmo comprova que é possível a escola estar envolta a educação patrimonial como elemento de formação cidadã e preservação da memória e do patrimônio cultural.

PALAVRAS-CHAVE: Identidade, preservação, educação patrimonial, patrimônio cultural, políticas de proteção.

INTRODUÇÃO

O Conselho Municipal de Patrimônio Cultural tem como principal competência identificar, pesquisar, proteger e valorizar o patrimônio cultural da cidade, ou seja, bens de natureza material e imaterial. Desse modo, um conselho ativo preserva a memória social de uma cidade, de sua população. Este estudo tem objetivo analisar a atuação do Conselho Municipal de Patrimônio Cultural do Município de Piedade do Rio Grande-MG, o qual tem realizado ações afetivas para conservação do patrimônio cultural e a memória social dos piedenses.

O CMPC de Piedade do Rio Grande foi criado em 08 de abril de 2003 pela Lei Municipal nº 1031 tendo como centralidade fomentar o resgate, manutenção e conservação de todos os bens que possam de alguma forma, representar importância para a história, cultura e identidade do povo piedenses.

No estudo será discutido o conceito de patrimônio cultural e sobre a conservação do patrimônio, a atuação dos conselhos gestores. Logo serão analisadas as ações do Conselho Municipal de Patrimônio Cultural de Piedade do Grande, o qual abordará sua atuação nos de anos de 2018 a 2013.

REFERENCIAL TEÓRICO

PATRIMÔNIO CULTURAL

A primeira denominação de Patrimônio Cultural era “Patrimônio Histórico e Artístico Nacional” sendo conceituado como “o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua veiculação a fatos memoráveis da História do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico” (MEC/SPHAN/ FNPM, 1980, p. 111).

Com estudos mais aprofundados alavancando o progresso teórico metodológico das Ciências Sociais, a qual era muito envolvida nas manifestações culturais, a expressão “Patrimônio Histórico e Artístico” foi substituída pelo termo “Patrimônio Cultural” (MALTEZ *et al.*, 2010). De acordo coma autora, esse movimento se deu em decorrência da efervescência da participação da sociedade civil, por meio das entidades e associações que defendiam a preservação dos bens culturais. Maltez *et al.* (2010), afirma que houve um crescimento da valorização e maior percepção das manifestações culturais no sentido de ampliar o conceito, entendendo que a produção cultural humana “[...] constitui um processo em curso e em constante e permanente transformação, cuja diversidade e riqueza ultrapassam sempre os modelos de qualquer modelo técnico previamente estabelecido” (ORIÁ, 2001, p. 132)”.

Maltez *et al.* discorre que são compreendidos como patrimônios culturais elementos que vão desde construções de reconhecido valor histórico a manifestações culturais corriqueiras, pratos típicos, danças, fazeres e costumes em geral. A Constituição Brasileira no seu artigo 216, seção II denomina Patrimônio Cultural:

Constituem Patrimônio Cultural Brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos grupos formadores da sociedade brasileiras, nos quais se incluem: I – as formas de expressão; II – os modos de criar, fazer e viver; III – as criações científicas artísticas e tecnológicas; IV – as obras, os objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V – os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico e artístico (BRASIL, 1988).

CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO

A conservação de qualquer patrimônio cultural está diretamente relacionada à história do local e ao passado que aquele bem traz seja ele material ou imaterial.

O patrimônio edificado compõe o espaço da cidade, “à marca de toda a linha histórica da cidade”, conforme Tomaz (2010, p. 6):

A preservação tem por objetivo guardar a memória dos acontecimentos, suas origens, sua razão de ser. Torna-se também imprescindível relacionar os indivíduos e a comunidade com o edifício a ser preservado, visto que uma cidade, no seu viver cotidiano, tem sua identidade refletida nos lugares cuja memória os indivíduos constroem no dia-a-dia. Preservar o patrimônio histórico é relacioná-lo com as interações humanas a ele ligadas. O que torna um bem dotado de valor patrimonial é a atribuição de sentidos ou significados que tal bem possui para determinado grupo social, justificando assim sua preservação. É necessário compreender que os múltiplos bens possuem significados diferentes, dependendo do seu contexto histórico, do tempo e momento em que estejam inseridos.

O autor Santos (2011), afirma que a preservação no Brasil surge no contexto da modernidade, havia uma necessidade de conservar o passado para evitar a destruição. Assim, a preservação no Brasil, ampara-se em exemplos da França, a fim de reforçar a identidade nacional. Assim, Tomaz (2010, p. 7) expõe:

Ao voltar-se à atenção para questões referentes à preservação de determinados bens de reconhecido valor nacional, é possível perceber que, no caso brasileiro, o conceito de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional tem o mesmo sentido enraizado nos valores da Revolução Francesa, isto é, conferir identidade ao país. A preocupação com a preservação do patrimônio histórico nacional, principalmente dos bens imóveis fora do âmbito dos museus, começa a ter um significado mais relevante a partir da década de 1920, visto que a falta de preservação destes bens estava comprometendo sua conservação, chamando assim a atenção de intelectuais, que denunciavam o descaso com as cidades históricas e a dilapidação do que seria um “tesouro” Nacional.

Diante disso, a conservação do patrimônio vai além do patrimônio edificado há também o patrimônio imaterial, neste sentido, “a memória coletiva torna-se concreto no espaço, é materializado, carregado de símbolos e significados que fazem sentido no coletivo do lugar, na identidade do lugar, na memória da cidade. A cultura então é materializada em forma de patrimônio” (SANTOS, 2014, p. 33).

De acordo com Abreu (1998, p.81-82), a memória urbana é fundamental como agente da constituição da identidade de um lugar, pois a “memória essa que difere do conceito biológico/psicológico da palavra, mas a memória coletiva e individual, que é elemento fundamental na construção da identidade do lugar”. Já o “lugar”, de acordo com Santos (1994), é o lócus do coletivo, já que a memória de uma cidade, de um lugar não é uma memória individual, é uma memória coletiva.

Segundo Halbwachs (1990) a memória coletiva é um conjunto de lembranças construídas socialmente e referenciadas a um conjunto que transcende o indivíduo. E que se materializa no espaço, pois “não há memória coletiva que não se desenvolva num quadro espacial”, afirma que a memória coletiva está sempre em mutação, sempre se transformando.

Outro tipo de patrimônio que há necessidade de conservar, de acordo com Santos (2014) são as instituições de memória, como museus, arquivos públicos, e também as igrejas de tempos pretéritos, afinal as igrejas são detentoras também da história da cidade, da marca da memória no espaço. A memória da cidade, do lugar, é um conjunto de memórias heterogêneas de indivíduos, grupos sociais que, se entrelaçam no espaço comum, no caso, a cidade propriamente. Segundo Abreu (1998) aponta que a memória da cidade não é homogênea.

O que faz com que surja uma memória grupal ou social, referida a um lugar, é o fato de que aquele grupo ou classe social estabeleceu aí relações sociais. Essas relações, entretanto, podem ser de dominação, de cooperação ou de conflito, e variam tanto no tempo como no espaço. Conseqüentemente, a vivência da cidade dá origem a inúmeras memórias coletivas, que podem ser bastantes distintas umas das outras, mas que têm como ponto comum a aderência a essa mesma cidade. Coexistem então numa cidade, em qualquer momento do tempo, inúmeras memórias coletivas.

O CPMC tem fundamental no processo de construção dessa identidade para preservação do patrimônio cultural.

CONSELHOS GESTORES

Com a promulgação da Constituição Federal estimulando princípios constitucionais de participação popular, as legislações regulamentadoras das políticas sociais e o processo de descentralização incitaram a implantação de diversos conselhos setoriais nos estados e municípios. Desse modo, conceitua os conselhos como “canais de participação que articulam representantes da população e membros do poder público estatal em práticas que dizem respeito à gestão de bens públicos” (GOHN, 2001, p. 7).

No Brasil, em especial, os “conselhos” se insere na agenda política dos anos 70 e 80, adaptando-se aos modelos de participação vigentes. Dessa forma, foram constituídos pelo poder públicos conselhos comunitários a fim de negociar demandas dos movimentos populares e, pelo lado dos próprios movimentos, conselhos populares

não institucionalizados, autônomos e reivindicativos. Esses embates se norteavam “a ser ou não o conselho um órgão embrionário de um novo poder, de uma forma de democracia direta, com autonomia em relação ao Estado”, tornaram-se referências importantes para a Assembleia Constituinte. Assim chegou a definição:

uma das formas de participação visando a mudanças na gestão pública e na elaboração de políticas, tendo em vista sua democratização e transparência, portanto, como canal de relação entre Estado e sociedade, espaço de administração de conflitos”; uma forma distinta dos dois modelos, comunitário e popular, até então experimentados (TEIXEIRA, 1996, p. 8).

O Conselho gestor configura como espaço democrático, mas também são fundamentais para a:

promoção da cidadania e da educação política; identificação, captação e ponderação constante das preferências da sociedade, com vistas à formulação de políticas públicas; e controle social sobre estas, incluindo a responsividade às demandas da sociedade e a responsabilização dos governantes.

A atuação dos conselhos:

gera-se uma nova institucionalidade pública, pois eles criam uma nova esfera social-pública ou pública não-estatal. Trata-se de um novo padrão de relações entre Estado e Sociedade, porque eles viabilizam a participação de segmentos sociais na formulação de políticas sociais e possibilitam à população o acesso aos espaços em que se tomam as decisões políticas (GOHN, 2006, p. 3).

Desse modo, os conselhos gestores representam espaços de participação e de tomada de decisão sendo fundamentais nos processos de constituição e implementação das políticas públicas.

METODOLOGIA

Este estudo compõe por uma abordagem qualitativa e descritiva, pois discorre sobre a atuação e ações do CMPC em Piedade do Rio Grande.

O município é localizado na Mesorregião do Campo das Vertentes, fazendo parte da Estrada Real. A cidade está localizada a 1.022m do nível do mar, possui clima ameno durante todo o ano.

A pesquisa se desenvolve a partir do acesso a documentos como dossiês, legislações, relatórios e entre outros, do CMPC. Segundo Gil (2002, p. 62-63), a pesquisa documental possibilita vantagens por ser “fonte rica e estável de dados: não implica altos custos, não exige contato com os sujeitos da pesquisa e possibilita uma leitura aprofundada das fontes”. Assim como Gil, Pádua também descreve sobre os benefícios da pesquisa do documental, pois é:

aquela realizada a partir de documentos, contemporâneos ou retrospectivos, considerados cientificamente autênticos (não fraudados); tem sido largamente utilizada nas ciências sociais, na investigação histórica, a fim de descrever/comparar fatos sociais, estabelecendo suas características ou tendências [...] (PÁDUA, 1997, p. 62).

O *corpus* desse trabalho também se constituiu pelas informações apresentadas no *site* do conselho, bem como por meio das divulgações das ações do mesmo no *Facebook*.

ATUAÇÃO DO CMPC EM PIEDADE DO RIO GRANDE

O CMPC de Piedade do Rio Grande tem um grande acervo de documentos digitalizados como atas, relatórios, dossiês das ações e prestações de conta. Essa organização por parte do Conselho além de preservar a memória, mesmo que altere os membros do conselho, todos continuam tendo acesso aos trabalhos desenvolvidos anteriormente.

O Conselho além do mais possui um site e um grupo nas redes sociais onde são divulgadas todas as ações do mesmo. Isso possibilita que haja um diálogo maior com a sociedade envolvendo as pessoas de maneira que compreendam os valores de conservação da memória cultural, patrimonial e social.

O município de Piedade do Rio Grande tem como patrimônios tombados a Igreja de Nossa Senhora do Rosário (FIGURAS 1 e 2), antiga Matriz de Nossa Senhora da Piedade, localiza-se na Praça Salvador Lourenço, no centro de Piedade do Rio Grande, Minas Gerais. O quarteirão irregular no qual a edificação está inserida é ladeado pelas: Avenida Sete de Setembro, que está paralela a lateral direita da igreja; Rua Adolfo Nolasco Teixeira, que é a continuação da via frontal da praça e a Rua José Manoel da Silva, que está à lateral esquerda da igreja (PREFEITURA MUNICIPAL DE PIEDADE DO RIO GRANDE, 2014).



<p>Foto 01 - Vista da fachada principal da Igreja, apresentando abundantes rachaduras, escorrimentos e umidades ascendentes, as quais estão presentes nas quatro fachadas da edificação- Município de Piedade do Rio Grande – MG.</p> <p>Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE PIEDADE DO RIO GRANDE, 2014.</p>	<p>Foto 02 - Vista da fachada lateral do lado da arquibancada da Igrejinha do Rosário desde a praça da arquibancada- Município de Piedade do Rio Grande – MG.</p> <p>Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE PIEDADE DO RIO GRANDE, 2014.</p>
--	--

Cronologicamente, a Igreja de Nossa Senhora do Rosário está inserida na arquitetura religiosa mineira do final da primeira metade do século XVIII. Mas em várias construções de caráter religioso, a tipologia arquitetônica não consegue definir datas exatas para os monumentos, visto que muitas das construções foram sujeitas a reformas, reconstruções e intervenções, além disto, às vezes apresentam características de um estilo tardio, como em tal igreja analisada.

A Igreja de Nossa Senhora do Rosário apresenta características do estilo colonial em sua composição, com a justaposição de volumes retangulares simples que expressam claramente a organização dos ambientes internos. Uma característica peculiar da edificação é a ausência de uma torre sineira separada de seu corpo principal, esta foi locada a frente. Esta característica é considerada um elemento original das construções mineiras, correspondendo a povoados iniciais que ainda estavam se tornando estáveis, na maioria dos casos devido à fartura do ouro. Muitos destes exemplares, sem campanário, se transformaram ou foram reconstruídos, o rápido desenvolvimento que marcou as aglomerações próximas aos mais ricos depósitos auríferos teria reflexos imediatos na arquitetura religiosa mineira, refletindo o novo poder econômico local. Como não houve grandes modificações na realidade do povoado ao longo do século XIX, esta situação, provavelmente, foi responsável também pela conservação da Igreja do Rosário, antiga Igreja de Nossa Senhora da Piedade, que não recebeu interferências significativas que pudessem modificar sua feição primitiva (PREFEITURA MUNICIPAL DE PIEDADE DO RIO GRANDE, 2014, p. 34).

A igreja atualmente passa por restauração, para preservação desse bem histórico sob o olhar atento do CMPC. Além do mais, é excêntrico falar plenamente da construção do espaço urbano do município sem mencionar as igrejas, tanto como patrimônio material como instituição política.

O Conjunto histórico da comunidade de Santo Antônio do Porto também é foco de atenção do CMPC para tombamento. A comunidade teve início com a construção de uma pequena igreja, em 1870, por iniciativa do Pe. Francisco Ribeiro Teixeira. Este padre encontra-se sepultado no interior da igreja. A denominação tem sua origem por causa do padroeiro que é Santo Antônio e porque para a travessia do Rio Grande (quando não existia a estrada de acesso da comunidade de Santo Antônio do Porto a Piedade do Rio Grande) era feita por uma balsa: “O nome de Santo Antônio do Porto é porquê? É porque o padroeiro é Santo Antônio e Porto porque aqui tem o rio e tinha uma balsa lá num lugar chamado Porto”¹. Essa comunidade é também conhecida como “Comunidade do Azeite”, pois no período de formação dessa comunidade, havia no local, próximo à parte baixa da cachoeira, uma fabrica de azeite de mamonas.

¹ conta um morador local: Entrevista concedida à Flávia de Assis Lage por José Gomes (“Zé do Zico”) _ Auxiliar de Enfermagem – morador do “Azeite”, em 28/10/2014. Data: 30/11/2014 (DOSSIÊ DE TOMABAMENTO, 2016).

Apesar de há várias décadas a fábrica não existir mais no local, a comunidade segue sendo conhecida com essa denominação (PREFEITURA MUNICIPAL DE PIEDADE DO RIO GRANDE, 2016). A região apresenta quatro cachoeiras sendo um atrativo turístico da comunidade (FIGURAS 1, 2, 3 e 4). E configura, como uma região mais antiga também de acordo com o dossiê.



Figura 3 – Córrego do azeite, Município de Piedade do Rio Grande – MG.

Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE PIEDADE DO RIO GRANDE, 2014.



Figura 2 – Cachoeira da laje, Município de Piedade do Rio Grande – MG.

Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE PIEDADE DO RIO GRANDE, 2014.

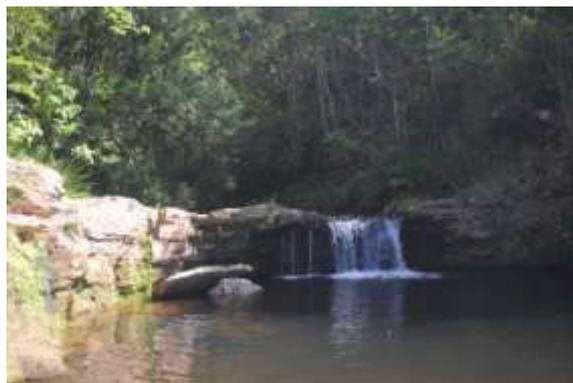


Figura 3 – Segunda cachoeira, Município de Piedade do Rio Grande – MG.

Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE PIEDADE DO RIO GRANDE, 2014.



Figura 4 – Terceira cachoeira, Município de Piedade do Rio Grande – MG.

Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE PIEDADE DO RIO GRANDE, 2014.

E para preservação das paisagens culturais e ambientais da região o Conselho realiza parceria com a Escola Estadual Dr. Antônio Batista do Nascimento e a Prefeitura Municipal, onde os alunos do 9º e 3º ano realizaram um passeio para reconhecimento da identidade e preservação dos bens patrimoniais do município, tendo como principal tema o “Conjunto Paisagístico de Santo Antônio do Porto” projeto em andamento do ano de 2018. Desse modo, trabalha a educação patrimonial e ambiental para conservação e preservação daquela paisagem. De acordo, com Rocha a escola é fundamental nesse processo de conscientização, pois:

Do ponto de vista do patrimônio, a escola é, de fato, a extensão da família. É ali que as novas gerações recebem a maior parte do legado cultural herdado do passado. Cumpre aos mestres despertar nos alunos sentimentos de respeito e amor, mostrando a eles o valor de nossos bens culturais [...]. (ROCHA, 1989, p. 43).

A preservação do patrimônio cultural deve ser somado aos demais conteúdos escolares, pois o conceito “Patrimônio”, a Educação Patrimonial também assume papel de abrangência, podendo ser entendida como

[...] uma proposta interdisciplinar de ensino voltada para as questões atinentes ao Patrimônio Cultural. Compreende desde a inclusão, nos currículos escolares de todos os níveis de ensino, de temáticas ou de conteúdos programáticos que versem sobre o conhecimento e a conservação do patrimônio histórico até a realização de cursos de aperfeiçoamento e extensão para os educadores em geral [...] de forma a habilitá-los a despertar, nos educandos e na sociedade, o senso de preservação da memória histórica e do conseqüente interesse sobre o tema (ORIÁ, s.d., p. 2).

No ano de 2017 teve como tema central ações sobre a “Folia de Reis de São Sebastião do Paraíso: a força de uma tradição”, desenvolvido nas escolas Dr. Antônio Batista do Nascimento, Hildebrando Teixeira e Gabriel de Resende Passos. Em relação à Folia de Reis que acontece nos dias 01/01 e 06/01, os quais vão de casa em casa cantar seus versos, acompanhados de violas, violões, sanfonas, pandeiros, triângulos, caixas e instrumentos de cordas, onde alguns vestem fardas e máscaras, com músicos - instrumentistas e cantores - o grupo, muitas vezes, se compõe também de dançarinos, palhaços e outras figuras folclóricas. Todos se organizam sob a liderança do mestre e seguem com reverência os passos da bandeira, cumprindo rituais tradicionais de inquestionável beleza e riqueza cultural. O envolvimento da escola como conservação do patrimônio cultural desperta nos estudantes e na sociedade a sensibilidade da preservação da memória histórica e conservação da memória social.

Embora, essa escola se sobressai a muitas, pois de acordo com Arroy (2005, p. 32):

Poucas equipes possuem profissionais da área de educação e os projetos se voltam para as escolas, no sentido de ensinar conceitos técnicos para a conscientização dos alunos e professores do que é patrimônio cultural e promover um resgate da história que esse patrimônio protegido pretende contar. Temos, de um lado, políticas de proteção e, de outro, ações isoladas para que as escolas eduquem as crianças e adolescentes para respeitarem e protegerem o patrimônio de sua cidade.

No ano de 2016, o CMPC teve ações com tema central “Economizar para nunca faltar” durante demonstrando atento às questões ambientais e ao debate sobre a crise hídrica. Esse trabalho foi continuidade do ano de 2015 onde abordou sobre a “Gruta: Mina D’água do meu canto e do meu encanto – Preserve a água e salve à vida”.

O município de Piedade do Rio Grande possui como parte de suas festividades a Congada e Moçambique. A mesma segundo Monteiro (2010):

A festa em homenagem a Nossa Senhora do Rosário organizada pela Sociedade de Congada e Moçambique de Piedade do Rio Grande-MG aconteceu pela primeira

vez no ano de 1928. Consta nos depoimentos orais dos membros do grupo que o fundador, José Venâncio de Lima, conhecido como José Perpétuo, fora convidado para dançar na Congada da cidade vizinha, Ibertioga; encantado com o ritmo e por devoção a Nossa Senhora do Rosário, decidiu fundar em Piedade do Rio Grande a Sociedade de Congada e Moçambique, formada essencialmente por homens negros, filhos e netos de escravos que trabalhavam nas principais fazendas da região, onde seus pais e avós foram escravos. O ritual e a festa foram ganhando ritmo e devoção, pois pedindo licença, avisando no toque da caixa e da sanfona, dançando e cantando, mais de noventa “homens de cor” vestidos de roupa branca, fita colorida na cabeça e guizo no pé adentram o espaço público da pequena cidade há mais de oitenta anos (MONTEIRO, 2010, p.1).

Para tanto, a sociedade Congada e Moçambique compõem como bem imaterial do município e para refletir sobre sua importância o CMPC em 2014 teve como tema central a “Congada e Moçambique - Um Olhar sobre a Cultura”. Desse modo, no relatório do CMPC demarca que:

O trabalho de Educação patrimonial é realizado com zelo pelos congadeiros com apoio irrestrito do Conselho. Este trabalho de congadeiros e de Conselho do Patrimônio tem gerado frutos nas escolas da cidade A escola municipal de ensino fundamental criou um grupo de maculelê para festejar a herança afro-brasileira. As crianças deste grupo desfilaram junto ao grupo de congado e foram prestigiadas por este (PREFEITURA MUNICIPAL DE PIEDADE DO RIO GRANDE, 2014, p. 36).

E para continuidade das atividades de educação patrimonial:

Outra atividade prevista, a visita a escolas para palestras a crianças em idade escolar sobre o congado como patrimônio cultural, foi realizada de forma exitosa pelos congadeiros, na escola do segundo grau. Eles trabalharam durante todo o ano as tradições afro-brasileiras com foco no congado com expressão destas tradições em Minas Gerais. Congadeiros deram aula sobre elementos rituais, histórias e músicas do Congado. O fato de que muitos dos alunos são também congadeiros contribuiu bastante para houvesse interação maior entre alunos e congadeiros e assim se criasse além do respeito a responsabilidade da preservação (PREFEITURA MUNICIPAL DE PIEDADE DO RIO GRANDE, 2014, p 36).

Em 2013, CMPC por meio da Educação Patrimonial teve como tema central “Os Pracinhas na memória dos piedenses”. O Projeto tinha como objetivo resgatar fatos, fotos e outros documentos sobre os 15 ex-combatentes piedenses que estiveram nos campos de batalha durante a Segunda Guerra Mundial.

Diante das ações em andamento e realizados pelo CMPC de Piedade do Rio Grande este se mostra comprometido em valorizar os bens materiais ou imateriais, compreendendo-os como heranças, um patrimônio, o qual é interpretado e identificado por cada indivíduo de maneira particular levando em consideração como foi lhe ensinado. Desse modo, uma vez compreendido sua essência enquanto compositor da história cabe a cada um honrar sua tradição assim, como a determinação de dar continuidade para outras gerações tenham acesso a essa conscientização. Portanto, preservar a memória social não é apenas um resgate histórico, mas uma reconexão do

indivíduo ao passado as origens, as raízes, as construções históricas que permearam aquele local.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vencer o paradigma que a educação patrimonial pertence à História é fundamental, pois a mesma deve ser parte da vida na escola e da sociedade em geral, afinal tem uma relação direta para alcançar a conservação do patrimônio cultural e da memória social que cada bem guarda. O que se pode concretizar por meio de um conselho ativo que se empenha a defender a preservação da memória, e o CMPC de Piedade Do Rio Grande, de fato, busca preservar a memória social e o patrimônio cultural que cada bem guarda. Seu envolvimento com a escola local permite que as crianças e jovens compreendam a importância da história de sua cidade e tudo que há enredado nesse processo de construção da memória seja ele um bem material ou imaterial.

Este trabalho não esgota todos os registros e ações do CMPC de Piedade Do Rio Grande sendo fundamental aprofundar em outros momentos sobre sua efetividade enquanto Conselho. Diante das considerações, o mesmo comprova que é possível a escola estar envolvida a educação patrimonial como elemento de formação cidadã e preservação da memória e do patrimônio cultural.

REFERÊNCIAS

ABREU, Mauricio A. **Sobre a Memória das Cidades**. Revista da faculdade de Letras – Geografia I série, Vol. XIV, Porto, p. 77-97, 1998.

BRASIL. Presidência da República. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1988.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2002.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

SANTOS, Jocimara Patrícia. Memória e patrimônio cultural de Vitória, ES: um estudo sobre as igrejas católicas do Centro da Cidade. **Monografia**, 2014.

MALTÊZ, Camila Rodrigues *et al.* Educação e Patrimônio: O papel da Escola na preservação e valorização do Patrimônio Cultural. **Pedagogia em ação**, v. 2, n. 2, p. 39-49, 2010.

MONTEIRO, Livia Nascimento. **Narrativas e Memórias da Sociedade de Congada e Moçambique de Piedade do Rio de Grande, século XX**. 2010. 13 p.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIEDADE DO RIO GRANDE. Conselho Municipal de Patrimônio Cultural. **Congada e Moçambique de Nossa Senhora Do Rosário**. Relatório de Bem Imaterial Registrado. 2014. 48 p.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIEDADE DO RIO GRANDE. Conselho Municipal de Patrimônio Cultural. **Igreja De N. S. do Rosário – Antiga Igreja de N. S. Da Piedade**. Processo De Tombamento de Bem Imóvel. 2014. 118 p.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIEDADE DO RIO GRANDE. Conselho Municipal de Patrimônio Cultural. **Núcleo Histórico de Santo Antônio do Porto**. 2014. 124 p.

SANTOS, Francimário Vito dos. Trajetória, descentralização e aproximação: as políticas de preservação do patrimônio cultural imaterial no âmbito do plano de ação para as cidades históricas PAC/CH. In: **II Seminário Internacional de Políticas Culturais, 2011, Rio de Janeiro. Desafios: os campos da formação em gestão cultural e da produção de informações**, 2011.

ORÍÁ, Ricardo. Memória e Ensino de História. In: BITTENCOURT, Circe (Org.). **O Saber Histórico na Sala de Aula**. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2001.

ORÍÁ, Ricardo. **Educação patrimonial: conhecer para preservar**. Disponível em: <<http://www.educacional.com.br/articulistas/articulista0003.asp>>. Acesso em: 10 de agos. De 2018.

PADUA, Elisabete Matalho M de. **Metodologia da pesquisa: abordagem teórico-prática**. 2.ed. São Paulo: Papirus, 1997.

ROCHA, Guido. **Cartilha do patrimônio histórico e artístico de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura, 1989. 1 v. (sem paginação).

TOMAZ, Paulo. Cesar. **A preservação do patrimônio cultural e sua trajetória no Brasil**. Fênix (UFU. Online), v. 07, p. 02, 2010.

SOBRE A ORGANIZADORA

Bianca Camargo Martins - Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Especialista em Arquitetura e Design de Interiores pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná e Mestranda em Planejamento e Governança Pública pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná, onde desenvolve uma pesquisa sobre a viabilidade da implantação de habitação de interesse social na área central do Município de Ponta Grossa – PR. Há mais de cinco anos atua na área de planejamento urbano. É membra fundadora da Associação de Preservação do Patrimônio Cultural e Natural (APPAC). Atualmente é docente da Unicesumar, onde é responsável pelas disciplinas de urbanismo, desenho urbano e ateliê de projeto.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-266-1

